

O Conceito de Estratégia no Pensamento Estratégico-Militar Português na Era da Guerra Total Da Grande Guerra à Entrada na NATO - 1919-1958

António Paulo Duarte
Historiador

Resumo

Tem este texto, por mister, dissecar o conceito de estratégia no pensamento estratégico-militar português no período da Guerra Total, 1910-1958. Abarca o texto a época das duas guerras mundiais e ainda as primeiras fases da Guerra Fria. É uma época em que a visão da guerra é moldada pelo impacto da Revolução Industrial e pela mobilização nacional para as guerras entre nações. De que modo, os teóricos da estratégia portugueses vislumbraram o impacto da guerra e como esta transformou o modo de fazer a guerra e a concepção de estratégia é o objectivo deste texto.

A tese que se apresenta ao leitor infere que a concepção de uma mobilização total da sociedade para a guerra e o alargamento da estratégia a dimensões não militares foi compreendido tardiamente pelos teóricos da estratégia portugueses. De facto, para estes teóricos, até meados da II Guerra Mundial, a concepção de estratégia, e por conseguinte, a visão da guerra, reduzia-se à sua dimensão militar, a despeito da exigência de uma maior mobilização demográfica.

Abstract

The Concept of Strategy in the Portuguese Military Strategic Thinking in the total War Era

The present text intends to study the impact of Total War in the military and strategic Portuguese thought and how this affects the usual conception of strategy. The Total War Era was a time of national mobilization based on the Industrial Revolution capabilities. How the Portuguese military and strategic thinkers view this time is the purpose of this article.

The thesis of the article says that the Portuguese military and strategic thinkers understood too late the impact of the Industrial Revolution and the technological development in Total War. In their perspective, only late in World War II, war and strategy was a military question. The key factor in war was, as in the Napoleonic wars, the male mobilization to the armies. Only in the aftermath of World War II, did understand that war strategy was much more than a military affair.

1) Introdução

A subordinação das Forças Armadas ao poder político era um dado adquirido na teoria, quer no período entre-as-guerras, quer após a Segunda Guerra Mundial. Não obstante, a forma como esta subordinação teórica aparecia, cambiará de acordo com os efeitos político-estratégicos da Segunda Guerra Mundial. Pode ser questionável uma travessia directa do pensamento estratégico teórico para a realidade política coeva, onde as Forças Armadas tinham um peso político muito específico. É conhecida a afirmação, já antiga, de Douglas Wheeler, de que, pelo menos em “alguns aspectos, o Estado Novo permaneceu uma ditadura militar”, onde a onnipresença das Forças Armadas era um facto político concreto sempre a ter em conta.¹ Sem querer contudo questionar o peso político das Forças Armadas durante o Estado Novo, o modo como elas entendiam o seu papel político e o seu papel militar, seria um factor de condicionamento da sua acção política.

A relação da política com a guerra e a estratégia é teoricamente pouco trabalhada pelos “estrategistas” nacionais. Considerava-se contudo, de forma simples, que a política subordinava a guerra e a estratégia, pelo que o vector militar devia estar submetido ao governo. No período entre-as-guerras, a política de guerra e a política militar eram emanadas da política e enquadravam e submetiam a estratégia. A política militar e a política naval eram definidas pelo governo, ouvidos os respectivos ministros. É preciso salientar que não há uma política específica para as Forças Armadas, mas duas políticas, a militar e a naval, respectivamente para o Exército e para a Armada. De igual modo, cabia à política, através da política de guerra, a definição dos objectivos nacionais que enquadrariam a política militar ou naval, e que, em última análise, configuravam a definição da estrutura de forças, ou seja, dos meios e do equipamento/material de guerra que permitiriam activar de forma efectiva as Forças Armadas. É preciso relevar que a política militar (terrestre) e naval eram, teoricamente, um complemento da política exterior, suportando nomeadamente a actividade diplomática, o que remete para uma visão clássica de soberania nacional, distinguindo-se muito claramente o que é exterior do que é interior,² o que se reflectia também na arquitectura da diplomacia nacional, com

1 Cfr. Douglas Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933*, Mem Martins, (s/d), p. 13.

2 Segundo Charles Tilly, a construção do Estado moderno e soberano é expressão de uma cada vez maior oposição entre o que é interno e o que é externo. Cfr. Charles Tilly, *Coercion, Capital and European States (AD 990-1992)*, 4ª Ed., Cambridge, Massachussets, 1994, pp. 70-71.

a relevância dada no Ministério dos Negócios Estrangeiros (até aos anos 50/60 do século XX) aos negócios políticos, o serviço de excelência, por contraponto aos desconsiderados negócios económicos.³

Este artigo tem, por isso, por mister, dissecar o pensamento militar nacional, entre-as-guerras, no que respeita à relação entre a política e a estratégia. É um texto sobre pensamento estratégico, sobre teoria militar, procurando relevar os principais elementos que configuravam o conceito de estratégia e a sua relação com a política.

Será de todo relevante, observar por último, um problema de conceito. Na língua portuguesa, o vocábulo militar tem, em teoria, duas acepções: uma que se refere às forças armadas, às forças bélicas, sendo entendido como militar o conjunto de elementos que compõem as Forças Armadas, sejam de terra, de mar ou de ar, e que no caso português, inclui também as forças paramilitares, como a Guarda Nacional Republicana; mas a palavra militar, também se refere especificamente ao Exército e às forças de terra, por comparação e oposição às forças navais, à Armada. No texto, por isso, o vocábulo militar tem dois sentidos, o que se refere ao conjunto das Forças Armadas e o que se refere ao Exército em particular. Para facilitar o rápido entendimento do sentido do vocábulo a leitores que não estejam familiarizados com a dupla acepção da palavra militar, optou-se por acrescentar entre parênteses, sempre que o vocábulo se refere particularmente ao Exército ou à dimensão terrestre da estratégia, a palavra “terrestre” (ou terra). De igual modo, quando se refere o exército enquanto realidade geral e genérica, a palavra é iniciado com minúscula; quando o vocábulo remete explicitamente para o Exército português, a palavra surge iniciada com maiúscula.

2) A Estratégia e a Política: As Teorias do Período Entre-as-Guerras

Segundo Ferreira Martins, seguindo Mordacq,⁴ a estratégia encontra-se indissolúvelmente ligada à política, que a comanda. É certo que, mais à frente, o autor matiza um pouco esta ideia, e salienta que se a estratégia deve trabalhar no sentido dado pela política, esse trabalho deve ser mais combinado que dirigido

3 Sobre este assunto, veja-se, por exemplo, as memórias de Luís Esteves Fernandes, *De Pequim a Washington, Memórias de um Diplomata Português*, Lisboa, Prefácio, 2007, pp. 124-126.

4 Jean Jules Henri Mordacq, general e estrategista francês (1868-1943). Colonial e combatente da Grande Guerra, onde foi ferido duas vezes, Mordacq foi chefe de gabinete do Ministério da Guerra em 1918-1919 na governação Clemenceau. É autor de obras de teoria militar e de memórias político-militares.

(aludindo aqui a Moltke).⁵ O autor liga directamente a política à estratégia, mas o que significa para ele a Estratégia? L. Ferreira Martins apresenta vários conceitos, nenhum pessoal, mas todos retirados de estrategos e estrategistas conceituados. Assim, diz L. Ferreira Martins, que para Cullman,⁶ a estratégia é a “arte de comandar e dos generalíssimos”,⁷ ou então, como alude Sebastião Telles, a estratégia é a “sciencia positiva da guerra que estuda as diferentes combinações (...) das forças militares”.⁸ Na realidade, para o autor, a estratégia mais não é que a actividade operacional das forças militares, ou seja, a condução das forças em campanha. Ele limita a estratégia àquilo a que hoje se denominaria de estratégia operacional, isto é, a parte da estratégia que lida com as operações, com aplicação ou acção das forças combatentes.⁹ Ideia similar expressa Tasso de Miranda Cabral ao afirmar que a doutrina estratégica é expressão da política militar.¹⁰ Mesmo os elementos de génese e organização das forças militares estão para lá da Estratégia. O autor não explica bem quem terá de constituir as forças militares, mas pela sua lógica, não poderá deixar de ser a política que se expressa, no que se refere ao meio militar, na política militar.

5 Cfr. L. Ferreira Martins, “Prefácio”, in Tasso de Miranda Cabral, *Conferências de Estratégia. Estudo Geo-Estratégico dos Teatros de Operações Nacionais*, Lisboa, EME, 1932, I Vol., pp. 10-11. O autor referido é por demais conhecido. Trata-se de Helmuth Von Moltke (1800-1891), também conhecido como Moltke, o Velho. Um dos maiores estrategos e estrategistas do século XIX, Moltke foi Chefe do Estado-maior General Prusso-Alemão, de 1857 até quase à sua morte. As vitórias militares prussas nas guerras prusso-austriaca de 1866 e prusso-francesa de 1870-71 devem-lhe imenso. Teórico puro e prático da estratégia, foi responsável por inúmeras inovações no campo da estratégia militar.

6 Tratar-se-á de um estratego, possivelmente de origem francesa. Não se conseguiu obter referências sobre este autor, nem na Porbase da Biblioteca Nacional, nem no Google, edição norte-americana ou francesa.

8 Idem, p. 10. Sebastião Telles (1847-1921) foi um dos mais importantes estrategos e estrategistas portugueses do século XIX, autor de relevantes tratados de estratégia coevos. Foi, efemeramente, Presidente do Conselho no fim da Monarquia Constitucional.

9 A Estratégia Operacional é um dos elementos do conceito geral de estratégia. A Estratégia Operacional está relacionada com a utilização ou aplicação prática, operativa da força. É a acção de aplicação da Estratégia Total no afrontamento das forças. A Estratégia Operacional não se esgota contudo na dimensão militar. A Estratégia Operacional pode implicar a acção das forças económicas, nomeadamente com o controlo e venda de bens a um potencial inimigo ou aliado de um inimigo, com as forças científicas, com as forças culturais ou com as forças militares. Neste sentido, a definição de L. Ferreira Martins é também uma redutora perspectiva da Estratégia Operacional, mas lembremo-nos que, de acordo com as concepções coevas, a noção de Estratégia se aproximava daquilo a que hoje denominaríamos de Operações. Sobre a definição geral de Estratégia seguimos o pensamento inscrito na Escola Portuguesa de Estratégia, em especial a sua obra mais canónica, Cfr. Abel Cabral Couto, *Elementos de Estratégia*, 2 Vols., Lisboa, IAEM, (s/d).

10 Cfr. Tasso de Miranda Cabral, *Conferências de Estratégia. Estudo Geo-Estratégico dos Teatros de Operações Nacionais*, Lisboa, EME, 1932, I Vol., p. 19.

Para Fernando Santos Costa, numa das suas intervenções, no I Congresso da União Nacional, compete ao governo a definição das bases da política militar¹¹ e a fixação das normas gerais que presidiriam a organização do exército. Aos organismos militares, em especial ao Estado-Maior do Exército, cabe a execução das ordens do governo e a fixação dos detalhes técnicos da organização.¹² De acordo com o texto do artigo, a arquitectura organizacional e as bases da organização militar são fundadas pela política militar, que é definida pelo governo, ou seja, ao governo cabe a definição global e geral da organização militar, ficando tão só os detalhes para a estrutura militar propriamente dita. Neste sentido, a estrutura militar está claramente subordinada ao governo por intermédio da política militar, que não é apanágio dos militares, mas sim do governo em si, conquanto aqueles possam sobre ela serem consultados.

O parecer de 1935 de Abílio de Passos e Sousa, então Ministro da Guerra, segue a mesma perspectiva teórica. À política militar caberia definir os princípios de organização e preparação da força militar, quer no caso do exército, quer no caso da Armada. O ministro avisa contudo que a política militar deve ter em conta a política de guerra, que definiria a missão das forças militares, e permitiria de forma muito mais eficiente organizar os corpos marciais.¹³ O parecer de Abílio de Passos e Sousa acrescenta à política militar a política de guerra, como definidora dos objectivos militares da Nação. No mesmo sentido segue o parecer de F. Santos Costa, que complementa o texto anteriormente citado. À política de guerra cabe a definição da finalidade da força armada, permitindo delimitar um número de directrizes que determinariam a sua potência, possibilitando por seu turno estruturar a sua constituição e organização, naquilo a que vulgarmente se chama a política militar.¹⁴ A política de guerra não é mais, segundo estes textos, que a objectivação da finalidade para a qual se deve organizar um exército. A política militar, por sua vez, estrutura essa organização de um ponto de vista teórico e de um ponto de vista prático.

Em 1936, Luis Pinto Lello retoma o tema numa conferência pronunciada na Sociedade de Geografia. Para o autor, a política de guerra define os fins gerais

11 O autor refere-se de facto especificamente à política militar terrestre. Não obstante, à época, e existindo igualmente o conceito de política naval, era todavia a noção de política militar, conceptualizada como a política para todos os ramos das forças bélicas.

12 Cfr. Fernando Santos Costa, "Algumas Considerações relativas à organização do Exército", in *I Congresso da União Nacional*, Lisboa, 1935, p. 163.

13 Cfr. Abílio de Passos e Sousa, "Plano de Rearmamento do Exército Metropolitano", in Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1950)*, 1º Vol., Mem Martins, 1988, p. 373.

14 Cfr. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Correspondência de Santos Costa Para Oliveira Salazar (1934-1950)*, 1º Vol., Mem Martins, 1988, pp. 58-59.

da guerra e os meios para o fazer. Esta definição é fundamentalmente política, ou seja, as forças militares têm o papel menor na definição desses pressupostos, que teriam de ter em conta o inimigo e o seu potencial. A organização e a preparação da guerra seria então efectuada pela política militar, que definiria um plano de aprimoramento militar e um plano geral de operações. A estratégia compreenderia o emprego das forças militares de acordo com os fins da política de guerra.¹⁵ Temos assim que, para o autor, a política de guerra, expressão da política geral, definia os fins da guerra, considerados que tinham sido as ameaças e os inimigos. A mesma política de guerra iniciaria a preparação e a coordenação da réplica nacional, só então, e no campo especificamente militar, se estruturando uma política militar, que organizaria a preparação das forças militares para a guerra. A estratégia definiria o modo de acção das forças militares na consecução dos objectivos da política de guerra. A estratégia era assim uma expressão pura do facto militar.

Assim, a política militar, em boa medida como a política de guerra, não são uma expressão do facto militar, mas um aspecto da política geral do governo. Em 1939, Júlio de Moraes Sarmento queixava-se precisamente da inacção do governo na definição da política de guerra e acrescentava, à laia de desabafo, que esta era uma expressão da guerra totalitária que permitira à política a apropriação de parte da direcção da guerra, limitando os militares tão só à condução geral das operações.¹⁶ Do ponto de vista do exército, a definição dos objectivos militares, a preparação, a organização e a composição das Forças Armadas eram apanágio do governo, ou seja, a sua actividade estava efectivamente subordinada ao poder político, à política em geral, em suma ao governo nacional. Quanto à estratégia, essa actividade era atributo dos militares e resumia-se à condução das operações, precisamente aquele tipo de actividade que Júlio de Moraes Sarmento referia como tendo sido a única deixada na posse dos militares.

Horta Fernandes considera que o conceito de política de guerra tal como ele foi definido por Sebastião Telles, ou seja, o estudo das combinações e relações existentes entre a política e a guerra, pode-se aproximar do conceito moderno e abrangente de estratégia, revelando já uma abertura à hostilidade que não seria reduzível ao

15 A conferência não parece ter sido publicada, a não ser o índice. Cfr. Luis Pinto Lello, "Alguns Aspectos do Problema da Defesa Nacional", *Revista de Artilharia*, Nº 130, Abril de 1936, pp. 732-738. O acesso ao texto da conferência foi possível no AHM. Cf. AHM, Arquivo Pinto Lello, 15ª Divisão, 2ª Secção, Caixa 288, Nº 6, pp. 8-11.

16 Não deixa de ser extraordinário que num texto que visa questionar a inacção política do governo se faça doutrina. Sobre a doutrina de Júlio de Moraes Sarmento Cfr. ANTT/AOS/CLB/MMB-2, Pasta 1, Processo 3, Ponto 10, Vol. 6º, pp. 5-6.

militar e à guerra em acto.¹⁷ É uma interpretação talvez excessiva, na medida em que a política de guerra é fundamentalmente um acto político, onde se define os objectivos nacionais a alcançar com a guerra, é certo, tendo em conta o inimigo, mas de onde está ausente ou quase totalmente apartado uma das expressões fundamentais do acto estratégico, o sentido do duelo, a lógica da dialéctica de vontades, do jogo de forças morais e materiais. É que não pode subsumir a estratégia a uma mera expressão de hostilidade, visto que alargaria o conceito a dimensões da realidade humana inusitadas e despropositadas. É imprescindível, na estratégia, agremiar o duelo à hostilidade, a conflitualidade à dialéctica agónica. A dimensão do duelo, a expressão do jogo dialéctico, é um elemento fundamental e “essencial” da guerra e da Estratégia.¹⁸ A política de guerra enquanto expressão da política na definição dos objectivos da guerra é produto da hostilidade existente nas relações internacionais, mas a política de guerra não operacionaliza depois essa hostilização em acções específicas, facto que é fundamentalmente deixado à estratégia militar, através da política militar, e à diplomacia, na entabulação de um diálogo profícuo para a resolução do conflito, não gerindo posteriormente o duelo entre os Estados. Reduz, assim, toda a política de guerra a uma mera pirâmide de objectivos, afastando-se efectivamente da concepção contemporânea de estratégia, a dialéctica da hostilidade e do duelo entre entidades colectivas entitárias.

Por último, não se pode igualmente subsumir a política de guerra à estratégia Total, na medida em que, como o nome do conceito indica, a sua focalização é a guerra ou no máximo, a agregação da preparação e execução da guerra, e não uma noção mais alargada de Ambiência Agónica, que possa indiciar formas não paroxísicas de hostilidade ou conflitualidade agónica. Quanto à política militar, expressão da política de guerra, e fundamento da estratégia, ela fixa a racionalidade desta última disciplina à função estritamente militar, e subsume tudo o que é estratégico à execução da actividade da força armada. É por isso, que neste campo particular, a estratégia significava a utilização da força militar visando os objectivos definidos pela política no Teatro de Operações,¹⁹ tendo por isso uma definição estritamente

17 Cfr. António Horta Fernandes, *O Homo Strategicus ou a ilusão de uma razão estratégica?*, Lisboa, Edições Cosmos, IDN, 1998, p. 53.

18 É dessa forma lapidar que começa a definição de guerra de Clausewitz. O que é a guerra, questiona-se, e depois responde, lapidariamente, que é um duelo, que toda a “essência” da guerra se resume ao duelo. Cfr. Karl Von Clausewitz, *On War*, Princeton, Princeton University Press, 1984, p. 75. Observe-se, igualmente, que todo o texto de Sun Tzu, joga no paradoxo. Na verdade, toda a acção bélica, em Sun Tzu, é o paradoxo levado ao paroxismo. Lemos, neste caso, a obra de Sun Tzu em Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, Lisboa, Sílabo, 2006 e cotejamo-la com o texto de Sun-Tzu, *The Principles of Warfare, “The Art of War”*, in www.sonshi.com. Consultada em 17-7-2008.

19 Segundo o Capitão Elias da Costa, a batalha era o termo da fase estratégica, ou seja, a Estratégia focalizava-se na batalha. Cfr. Elias da Costa, *Análise Táctica da Batalha, com um discurso sobre a preparação do soldado para a guerra*, Leiria, 1936, pp. 227-228.

Operativa (ou no máximo, uma noção restrita e pura de Estratégia Operacional) da actividade militar na guerra.

Facto idêntico se passava com a Armada. Em 1935 F. Pereira da Silva efectua uma conferência na Escola Central de Oficiais. As definições nela apresentadas têm o valor de sê-lo para os colegas de armas do Exército, e por isso, reflectirem uma visão quase doutrinal. Assim, para o autor, a política está relacionada com a estratégia, considerando que a potência dos estados se mede pelo valor combativo das suas Forças Armadas.²⁰ Observe-se que a mediação entre a política e a estratégia é efectuada pela força armada, ou seja, a estratégia é subsumida ao facto militar, mesmo que, pela lógica de F. Pereira da Silva, aquela possa ligar-se directamente ao facto político. A política subordina a estratégia, por isso as Forças Armadas agem na sequência da política.²¹ Assim, tal como há uma estratégia una, mas subdividida em três dimensões, a estratégia militar (terrestre), a estratégia naval (e marítima) e a estratégia aérea, também a política respectiva aos três Ramos se deve decompor em política militar (terrestre), política naval e política aérea.²² Repare-se como F. Pereira da Silva distingue o militar (terra) do naval, salientando a especificidade do primeiro e do segundo, facto menos comum no Exército, onde se costumava açambarcar a política naval à política militar. Este cuidado é ainda mais de relevar quando o texto presente era feito para oficiais do Exército. No entanto, num ponto, o Exército e Armada parecem estar de acordo, o da subordinação das Forças Armadas no seu todo à política, com a consequente subordinação da estratégia à política.

A visão mais abrangentemente moderna de A. Botelho de Sousa não renega, só reforça estes princípios. Também para ele, a política naval, o sistema de princípios que regem o desenvolvimento, a organização e a operacionalidade de uma marinha, é dimanada da política geral, entendida como a ciência do Estado.²³ Quanto à estratégia, esta é a ciência que define os objectivos militares, prepara e organiza os meios da guerra.²⁴ Assim, para o autor, a política subordina, quer a política na-

20 Cfr. F. Pereira da Silva, Política Naval e Política Nacional Naval, *Boletim da Escola Central de Oficiais*, Caxias, Nº 23-24-25, 24-25, Julho, Agosto e Setembro de 1935, p. 6.

21 Idem, p. 6-7.

22 Idem, *Ibidem*, pp. 7-8. Ressalve-se o facto de nos anos 30 não existir o Ramo aeronáutico, pelo que na prática deveria tão só existir uma política militar e uma política naval, incluindo ambas uma política aérea específica para as suas funções militares.

23 O conceito da política como ciência do Estado também aparece em F. Pereira da Silva. Cf. F. Pereira da Silva, "A Defesa do Nosso Império Ultramarino", *Revista Militar*, Nº 7/8, Julho/Agosto de 1934, pp. 438-439. Neste texto o autor volta a referir a clara subordinação da estratégia à política.

24 Cfr. A. Botelho de Sousa, "Política Naval Nacional: Necessidade e Vantagens em Defini-la", *Anais do Clube Militar Naval*, Nº 7 e 8, Julho-Agosto de 1930, pp. 91-92 e 94.

val, quer a estratégia. Esta última por seu turno está tão só ancorada na realidade militar, conquanto A. Botelho de Sousa seja mais abrangente na sua definição que os autores oriundos do Exército, considerando também como estratégico as modalidades de definição de objectivos militares e de preparação de forças e meios, que no caso dos teóricos do ramo terrestre, eram apanágio da política militar, não da estratégia, limitada à condução das operações.

3) A Política e a Estratégia: O Impacto da II Guerra Mundial e da Guerra Fria na Arquitectura Teórica da Estratégia Portuguesa

A Segunda Guerra Mundial e a entrada na NATO mudariam em parte estas concepções, principalmente por fazerem emergir um conceito mais político da estratégia, que a autonomizaria do vector militar, sem contudo deixar de a subordinar ao factor político. Assim, Eduardo Pires, considerava que a guerra total seria preparada pela estratégia geral superior, reflectindo o facto de a guerra ser uma empresa que absorvia toda a nação. A estratégia tomaria a direcção da guerra,²⁵ combinando estratégias parciais, não só militares, mas também geográficas – geopolíticas e económicas. A emergência da estratégia superior reflectia a disseminação da guerra pelo globo.²⁶ Não deixa de ser sintomático que o breve texto do autor não refira a política. Ela está subliminarmente presente, pois que, a estratégia superior geral do autor mais não é que uma expressão daquilo que os anglo-saxónicos definem como grande estratégia, a estratégia emanada directamente da política, de carácter global, abarcando várias áreas do saber e do poder, visando os grandes desígnios nacionais, e não só os objectivos e as operações de carácter militar, mas que está ainda fundamentalmente afunilada à perspectiva da guerra no seu termo puro e duro.²⁷ Se consideramos a abordagem do autor mais próxima da noção de “grande

25 Note-se que apesar da definição de estratégia total, Eduardo Pires continua a fixar a racionalidade estratégica ao facto guerra, não a independentizando do mesmo.

26 Cfr. Eduardo Pires, “Estratégia Total, Estratégia geral superior”, *Revista Militar*, Nº 11, Novembro de 1950, pp. 705-706.

27 A grande estratégia foca-se na guerra ou na preparação da guerra, conquanto assuma que as armas para a fazer podem perfeitamente ultrapassar o instrumento armado militar. Se produz por um lado um salto conceptual no entendimento do processo de luta, mantém-se por outro lado, ainda ancorada ao duelo armado, ao choque violento, à lógica da guerra, mesmo quando utilizando outras armas, que não as militares. É isso que permite explicar os limites do conceito de “aproximação indirecta” de Liddell Hart. Se para Liddell Hart, o triunfo no duelo estratégico advém do aproveitamento das vulnerabilidades e das fragilidades da defesa do inimigo, naquilo a que se poderia denominar de aplicação do modo indirecto, já os instrumentos usados e a análise efectuada sobre os meios do adversário é reduzido à força armada, ao facto militar, ao corpo

estratégia”, tal deve-se à reduzida verticalização que ele faz da noção de estratégia, tão só hierarquizada entre a estratégia superior geral e as estratégias parcelares, todas no mesmo patamar, assim se pode deduzir do breve texto do autor. Neste sentido, a perspectiva do Eduardo Pires não é muito distinta da conceptualização anglo-saxónica, da distinção simples entre grande estratégia de carácter mais político, e a estratégia, que considerando outros elementos não militares, tem uma forte componente militar.

O artigo de João de Sá Nogueira, não destoando do de Eduardo Pires, é contudo, mais complexo na sua abordagem. Para o autor, os Estados definem os objectivos políticos, que os comandantes-chefes fazem corresponder a uma estratégia.²⁸ O comandante-chefe recebe as directrizes da política e arquitecta o plano de manobra estratégica, fixando os objectivos e as missões estratégicas.²⁹ A coordenação das acções dos sistemas políticos e dos sistemas militares implica a existência de um organismo coordenador superior que lide com a “estratégia geral”. A estratégia geral encontra-se numa zona de transição do político para o militar, traduzindo a necessidade de coordenação de todas forças que suportam um Estado (militares e não militares).³⁰ A função da estratégia geral expressa-se na definição das finalidades políticas da guerra e na coordenação das forças de uma coligação. Igualmente na coordenação de todos os recursos indispensáveis para a consecução do esforço de guerra.³¹ Em suma, a estratégia geral têm um carácter político-estratégico.³²

A abordagem de João de Sá Nogueira reconhece igualmente a subordinação da estratégia à política, mas sobrepuja a política militar ao considerar a emergência, fruto da “guerra total”, da estratégia geral que tem por objectivo a definição das finalidades da guerra, ou seja, a perspetivação da paz futura, e a coordenação e aplicação de todos os recursos nacionais para o concebimento do esforço de guerra. É a necessidade de mobilização total da nação, reflexo da experiência da Segunda Guerra Mundial, que explica esta “estrategização” da política, este imperiosidade de elevar a estratégia à dimensão da governabilidade política.

marcial ou pelo menos à lógica do embate na guerra no senso duro do termo. Do ponto de vista da concepção de estratégia que seguimos, está-se face a uma estratégia militar directa (uso primacial das Forças Armadas) com a aplicação de uma estratégia operacional (aplicação da força) indirecta. Sobre a concepção de “aproximação indirecta”, cfr. Liddell Hart, *As Grandes Guerras da História*, São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1991 (1954), pp. 17-22.

28 Cfr. João de Sá Nogueira, “Acerca do conceito moderno de Estratégia”, *Revista Militar*, Nº 4, Abril de 1950, p. 139.

29 Idem, p. 142.

30 Idem, *Ibidem*, pp. 143-144.

31 Idem, *Ibidem*, pp. 145-146 e 148.

32 Idem, *Ibidem*, p. 149.

No mesmo timbre surge a teoria de Júlio Botelho Moniz. A guerra total produz uma mutação na concepção de estratégia. A guerra total, ao exigir a mobilização geral de toda a nação, transplanta a estratégia para áreas que não são militares, com vista a travar a guerra, e aqui surge em toda a sua dimensão, os limites da teoria de Júlio Botelho Moniz. Porque, como afirma o autor, a estratégia geral tem por questão central o problema do potencial de guerra. É imprescindível preparar desde tempo de paz as forças marciais, nutri-las com os meios com que terão de fazer a guerra. À guerra total respondem várias estratégias parcelares, militares e não militares, tendo por finalidade a lide bélica. A estratégia, continua o autor, subordina-se à política, que põe em equidade a acção bélica e diplomática, visão, que espelha bem, quanto a modernidade de Júlio Botelho Moniz se mescla com um prisma clássico de relações internacionais, tão arquetipicamente oitocentista.³³

Mas ninguém foi tão longe na perspectiva que evidencia como A. Pereira da Conceição. Para o autor, a estratégia nos gregos era uma ciência social de aplicação do Estado, responsável pela política e pela direcção de guerra.³⁴ Após a sua redução à dimensão militar no século XIX, a estratégia retoma a sua definição mais clássica com a Segunda Guerra Mundial, por causa da conflagração ter sido levada a todos os campos da vida humana.³⁵ Conclui-se, então, que a “estratégia é a ciência sistemática da segurança do Estado e do povo”.³⁶ É igualmente uma “ciência social da condução do Estado”.³⁷ A ciência divide-se em estratégia geral, a ciência do chefe do Estado e do comandante-chefe, e em estratégias parcelares, militares, económicas e políticas.³⁸ Para o autor, a estratégia sobrepuja claramente a guerra e o militar para se tornar um coadjuvante “científico” do Estado, ou seja, do governo, ou da governabilidade. Ela não está subordinada à política, mas coadjuva a própria política, transformando-se num suporte fundamental desta. A tese de A. Pereira da Conceição não vingou nos anos 50, mas ela reflectia no seu excesso uma nova abordagem da estratégia por parte dos militares, uma nova abordagem que aproximava mais os militares, no seu mester específico, da acção política.

33 Sobre a visão de Júlio Botelho Moniz, Cfr. *Visões Estratégicas no Fim do Império. Condução de Operações Coloniais – 1944. Lições de Estratégia – 1953*. Lisboa, Tribuna da História, 2006, pp. 199-203.

34 Cfr. A. Pereira da Conceição, *A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar*, *Separata da Revista Militar*, 1952, p. 8.

35 Idem, pp. 9 e 11.

36 Idem, *Ibidem*, p. 12.

37 Idem, *Ibidem*, p. 16.

38 Idem, *Ibidem*, pp. 17 e seguintes.

Enquanto nos anos 30, a função militar acabava por se resumir à condução da guerra, nos anos 50, ela saltaria progressivamente para a preparação e coordenação do esforço nacional para a guerra, e em última análise, para a definição das finalidades da própria contenda. A nova definição de estratégia não punha em causa a subordinação à política, mas alargava de tal modo o âmbito da estratégia, que reduzia inevitavelmente o campo de acção da política na conflitualidade internacional a uma mera objectivação dos grandes desígnios nacionais. A ascensão da concepção de estratégia à dimensão política derivava do impacto da II Guerra Mundial, do facto nuclear e da Guerra Fria.³⁹ Na verdade, a nova forma de Ambiência Agónica, já não focalizada apenas no choque directo de forças militares, obrigava a repensar o conceito de estratégia.⁴⁰ Os poucos militares e marinheiros que nos finais dos anos 40 e nos anos 50 se abarcaram e arriscaram a fazê-lo, fizeram-no sobrepujando a dimensão meramente militar da estratégia, aproximando-a da política, ou por outras palavras, encravaram-na progressivamente na dimensão política, deslastrando-a da guerra.

4) Conclusão

A principal característica comum da concepção de estratégia, teorizada pelos pensadores militares portugueses, no período que vai do fim da Grande Guerra aos princípios da Guerra Fria, é a sua relação íntima com a guerra. À excepção, no final deste período, para o texto de Pereira da Conceição, todos os outros au-

39 Sobre o impacto da II Guerra Mundial e da irrupção do vector nuclear na estratégia, veja-se, por exemplo, Hervé Coutau-Bégarie, *Traité de Stratégie*, 2º Ed., Paris, 1999, pp. 46-50 e 403 e seguintes.

40 Note-se, não obstante, que os pensadores estratégicos portugueses não entenderam em toda a profundidade a dimensão total das guerras mundiais. Escapa-lhes, até à Guerra Colonial, a importância da dimensão ideológica e política na massificação da guerra e a desmesura que ela produz na violência agónica. À importância da dimensão material corresponde uma não menos relevante dimensão imaterial e espiritual que alarga de forma exponencial a desmesura da violência marcial. Na realidade, sem a dimensão espiritual que as ideologias trouxeram à guerra, jamais a dimensão material, por si, teria tornado a II Guerra Mundial, uma guerra de aniquilamento mútuo. Esta tese deve muito a Jean-Yves Guiomar, *L'Invention de La Guerre Totale*, Paris, Felin, 2003. Não deixa de ser interessante, que aquando da Batalha do Somme, em 1916, durante a Grande Guerra, os alemães tenham oposto a superioridade material dos aliados, a superioridade espiritual dos seus combatentes. Efectivamente, a despeito dos aliados evidenciarem recursos materiais mais vastos, a capacidade de perdurar dos alemães, era por estes considerada como uma demonstração da sua maior superioridade espiritual. Sobre a visão alemã da Batalha do Somme seguimos Christopher Duffy, *Through German Eyes. The British and the Somme, 1916*, Londres, Phoenix, 2007 (2006).

tores relacionam a guerra e a estratégia. A estratégia existe porque há a guerra. Não obstante, a relação da estratégia com a guerra variará ao longo do período em questão. Enquanto no período entre-as-guerras, a estratégia é fruto da política militar, expressão da política de guerra, e reduz-se à condução das operações em combate, com a experiência da II Guerra Mundial, dá-se um salto qualitativo, fruto da compreensão mais alargada do papel do pensamento estratégico na gestão do embate bélico, nomeadamente, pela maior atenção dada ao papel dos recursos materiais e à necessidade da sua maciça mobilização.

A questão industrial e técnica, a impressionante dimensão da “guerra do material”, da *materialschlacht*, na expressão dos teóricos teutónicos, obriga os pensadores militares portugueses a conceber uma nova concepção de estratégia, mais próxima da política, porque mais latas são as imposições com que aquela tem de lidar. A estratégia já não se pode resumir a conduzir as operações de combate bélico, tem de se preocupar com a mobilização das sociedades e dos seus recursos humanos e materiais, e assegurar a sua vontade de perdurar na tormenta do conflito, pelo que se torna imprescindível o desenvolvimento de estratégias parcelares relacionados com o aproveitamento dos meios e com a resiliência das comunidades em agónica, tudo em articulação mútua. Este facto aproxima-a da política. Esta contextura dá-lhe uma muito maior dimensão política.

Emerge a estratégia de meios (económica) e a estratégia política (de propaganda), ao lado da clássica estratégia (dita agora) militar. A despeito desta evolução, ainda só se vislumbra o salto que a Guerra Fria e a Guerra Colonial estimulariam: a sobrepujação da guerra como eixo do discurso e do pensamento estratégico. De facto, a estratégia continua fixada e focalizada na guerra. A Guerra Total obrigou a estratégia a ampliar-se. Deixou de ser uma mera condutora de operações bélicas, para passar a gerir as sociedades nos conflitos, sempre sob a batuta da política. Mas ainda não foi capaz de dar o salto, de romper com a lógica e a racionalidade da guerra, o que lhe agrilhoa o pensamento e as suas potencialidades de análise. Foi preciso a sedimentação da experiência da Guerra Fria e da Guerra Colonial para que a estratégia ganhasse a sua alforria da guerra.

Bibliografia

Cabral, Tasso de Miranda, *Conferências de Estratégia. Estudo Geo-Estratégico dos Teatros de Operações Nacionais*, 2 Vols., Lisboa, EME, 1932.

Clausewitz, Karl Von, *On War*, Princeton, Princeton University Press, 1984.

Coutau-Bégarie, Hervé, *Traité de Stratégie*, 2^o Ed., Paris, 1999.

Couto, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia*, 2 Vols., Lisboa, IAEM, (s/d).

Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1950)*, 1º Vol., Mem Martins, 1988.

Conceição, A Pereira da, *A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar, Separata da Revista Militar*, 1952.

Costa, Elias da, *Análise Tática da Batalha, com um discurso sobre a preparação do soldado para a guerra*, Leiria, 1936.

Costa, Fernando Santos, “Algumas Considerações relativas à organização do Exército”, in *I Congresso da União Nacional*, Lisboa, 1935.

Duffy, Christopher, *Through German Eyes. The British and the Somme*, 1916, Londres, Phoenix, 2007 (2006).

Fernandes, António Horta, *O Homo Strategicus ou a ilusão de uma razão estratégica?*, Lisboa, Edições Cosmos, IDN, 1998.

Ferreira Martins, L., “Prefácio”, in Tasso de Miranda Cabral, *Conferências de Estratégia. Estudo Geo-Estratégico dos Teatros de Operações Nacionais*, I Vol., Lisboa, EME, 1932.

Fernandes, Luís Esteves, *De Pequim a Washington, Memórias de um Diplomata Português*, Lisboa, Prefácio, 2007.

Guioimar, Jean-Yves, *L’Invention de La Guerre Totale*, Paris, Felin, 2003.

Hart, Liddell, *As Grandes Guerras da História*, São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1991 (1954).

Lello, Luís Pinto, “Alguns Aspectos do Problema da Defesa Nacional”, *Revista de Artilharia*, Nº 130, Abril de 1936, pp. 732-738.

Nogueira, Jorge de Sá, “Acerca do conceito moderno de Estratégia”, *Revista Militar*, Nº 4, Abril de 1950.

Moniz, Júlio Botelho, *Visões Estratégicas no Fim do Império. Conduta de Operações Coloniais – 1944. Lições de Estratégia – 1953*. Lisboa, Tribuna da História, 2006.

Pires, Eduardo, “Estratégia Total, Estratégia geral superior”, *Revista Militar*, Nº 11, Novembro de 1950.

Silva, F. Pereira, “A Defesa do Nosso Império Ultramarino”, *Revista Militar*, Nº 7/8, Julho/Agosto de 1934.

Silva, F. Pereira da, *Política Naval e Política Nacional Naval*, *Boletim da Escola Central de Oficiais*, Caxias, Nº 23-24-25, 24-25, Julho, Agosto e Setembro de 1935.

Sousa, Abílio Passos e, “Plano de Rearmamento do Exército Metropolitano”, in Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1950)*, 1º Vol., Mem Martins, 1988.

Sousa, A Botelho de, “Política Naval Nacional: Necessidade e Vantagens em Defini-la”, *Anais do Clube Militar Naval*, Nº 7 e 8, Julho-Agosto de 1930.

Tilly, Charles, *Coercion, Capital and European States (AD 990-1992)*, 4ª Ed., Cambridge, Massachussets, Blackwell Publishers, 1994.

Tzu, Sun, *A Arte da Guerra*, Lisboa, Sílabo, 2006.

Wheeler, Douglas, *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933*, Mem Martins, Edições Europa-América, (s/d).